

Secularização e sacralização, desencanto e missão: questões atuais da qualificação do trabalhador na construção do Brasil moderno*

Catia Antonia da Silva**
catiaantoniasilva@ig.com.br

Resumo:

Em diversos campos discursivos, observa-se, na década de 1990, questões relativas aos processos econômicos e sociais do Brasil moderno e buscam-se modelos de outros países para criar o "Brasil do futuro", constituindo-se conjuntos de ações modernizadoras, que reconhecem na qualificação profissional o caminho privilegiado para a inserção do Brasil na economia globalizada e na atual modernidade (ambiente de inovações tecnológicas, culturais e sociais). Um destes campos (discursos e intervenções sobre a qualificação profissional) é construído por representantes de trabalhadores que participaram do projeto que criou o PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação Profissional. O artigo busca analisar este campo, reconhecendo-o como elemento fundamental de elevação das condições concretas do mundo real relacionado à ética e estética e ao sentido ao estar no mundo (imanência e transcendência) no contexto da globalização.

Palavras-chave: Brasil moderno; modernização da ação; qualificação profissional; projetos hegemônicos.

Introdução

A modernização do Brasil constitui em antigo caminho para a problematização da relação sociedade-espço presente na literatura acadêmica discussões políticas de formação da República, nos planos recentes de governo e nos ideários de empresários sindicalistas. Trata-se de projeto moderno engendrado pelo pensamento científico e pelo debate político em busca da secularização – colonização do futuro – sendo, ao mesmo tempo, o resultado de diferentes patamares de modernização produzidos por intenções e práticas na construção do Brasil moderno.

Quando falamos em qualificação profissional estamos nos remetendo a um dos processos de modernização que busca alterar a capacidade cognitiva do trabalhador ou a construção intelectual do futuro trabalhador, intencionando transmitir conhecimentos e técnicas que o permita estar apto para o trabalho. Assim, torna-se fundamental entender a qualificação profissional como uma expressão da ação modernizadora, inscrita no processo amplo da modernização cultural, tecnológica, econômica e territorial.

A temática da modernização é abrangente e complexa, porque se refere às intervenções sobre a sociedade e o espaço assim como às mutações que têm como sentido o desencantamento do presente e desejo de que o futuro, uma vez construído, possa ser melhor que o presente e o passado. A modernização, que se inscreve de forma profunda nas raízes culturais de nosso país, está presente no pensamento de intelectuais e políticos da direita e da esquerda, dos mais progressistas aos mais conservadores. Está presente até, de certa forma, nos “homens comuns”. Referimo-nos a mutações abrangentes, fenômenos expressivos da ocidentalização do mundo e/ou da secularização, conforme analisam Weber (1999a, 1999b) e Marraão (1997).

O presente texto tem a intenção de analisar debates e projetos apresentado pelo Seminário: Trabalhadores e Programa Brasileiro da Qualidade e produtividade (DIEESE, 1994), ocorrido na década de 90 que teve, como impulsos transcendentais, o desencantamento pela qualificação profissional, a mutação das condições presentes e a busca pela construção de novas propostas de modernização, fundamentada na sacralização da ação e na secularização – colonização do futuro do país.

Este evento faz parte do campo discursivo da qualificação profissional instaurado no país, nos anos 1990, por agentes de diferentes instituições representantes do tripé: trabalho, capital e Estado. Este campo gravita em torno do descompasso entre a característica da economia (modernização tecnológica e nova demanda de mão-de-obra), a baixa escolaridade e capacidade profissional dos trabalhadores urbanos brasileiros. Como entender o sentido das ações desses agentes, principalmente, o dos sindicatos? Na procura de orientação analítica sobre o agir consultamos a obra de Weber (1987, 1999a, 1999b).

A compreensão weberiana: em busca do método reflexivo do sentido da ação

Modernização e secularização são categorias-chave propostas por Max Weber (1987, 1999a, 1999b) para a compreensão sociológica das sociedades capitalistas. Estas categorias são fundamentadas por ideários (espírito) transcendentais e imanentes que orientam ações e intenções, que buscam a colonização do futuro. A secularização é intenção e realização de práticas de colonização do mundo, de construção de tempo-espço.

A secularização é orientadora da modernização, que é concebida pelo autor como ação transformadora da vida social e, podemos considerar a modernização como ação produtora do espaço geográfico. O espaço é entendido por nós como condição material, onde a vida se realiza. É resultado e condição para a orientação de projetos de ocidentalização do mundo.

Neste contexto analítico, a ocidentalização do mundo é ação racional e dominante que tem a intenção de colonização do futuro. É dinâmica de intervenção sobre este mundo – mundanização, que tem origem nas alterações advindas da crise da teologia cristã-católica no fim da Idade Média -

e como predominância do racionalismo técnico-científico na explicação do e no agir sobre o mundo.

O racionalismo articulado à profunda transformação nas formas de organização do trabalho, sob o modo de produção capitalista, caracteriza-se por aquilo que Max Weber (1999b) denominou de racionalismo ocidental, contendo três acepções: racionalismo da sociedade, racionalismo da cultura e o racionalismo da personalidade¹. Na compreensão weberiana, essas acepções têm estreita relação entre si, já que não são apenas os interesses que impulsionam o homem a organizar sua vida de modo prático-racional, mas, sobretudo, a interpretação que faz do mundo.

Assim, o agir reformador ou transformador (modernização) tem como pressupostos questões de imanência - conjunto de elementos imediatos e de interesses que orientam a ação - o agir econômico, político e social - e questões de transcendência, referentes à necessidade sentida pelo homem de assumir uma posição unitária nos confrontos do mundo (visão de mundo que lhe dá sentido à ação e à vida).

Weber reconhece elementos essenciais do racionalismo: As idéias que constroem o sentido de estar no mundo e de ser sujeito da história por meio da ação e da intervenção sobre a sociedade. Os interesses que dizem respeito à necessidade do homem assumir de forma imanente sua posição no mundo. A relação entre idéias e interesses, de um lado, e a organização burocrática, de outro, ditada pela necessidade do homem construir a sua relação com o mundo por meio do cálculo de vantagens e desvantagens associadas à ação.

Weber, portanto, auxilia, amplamente, o entendimento das grandes mudanças articuladas à construção e reconstrução do espaço, da sociedade e da cultura capitalista neste início de século e a compreensão do sentido das ações de agentes, tais como as confederações sindicais e o DIEESE, conforme veremos mais adiante.

O reconhecimento do racionalismo em sua relação com a transcendência (idéias que dão sentido ao agir) e a imanência (interesses e calculabilidade que conduzem a ação) é essencial à compreensão do processo de modernização territorial e de modernização cultural.

Em geral, a modernização é desejada por todos, tendo como pressuposto a idéia de que a mudança trará mais benefícios do que malefícios, em uma conjuntura social amplamente divulgada como de crise. Muitas inovações surgem aparentemente como agir sem sentido ou como prática sem consciência, o que nos leva a tentar desvendá-las, em seus vínculos com a modernização.

Apresentaremos a seguir uma proposta de qualificação profissional feita por representantes de trabalhadores nas câmaras setoriais existentes nos anos 90, averiguando o sentido de suas ações na construção do Brasil moderno.

As câmaras setoriais e o debate da modernização: Seminário Trabalhadores e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade

O seminário: Trabalhadores e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, ocorrido em Campinas - SP, nos dias 30 e 31 de agosto e primeiro de setembro de 1993, marcou um momento importante da relação sindicato-Estado-empresa no país. O movimento sindical (representado pela CUT e pelo DIEESE) que há tempo se dedica ao estudo das inovações tecnológicas, da reestruturação produtiva e das questões relativas à qualidade, produtividade, competitividade e terceirização, participou ativamente da organização e da realização deste seminário.

Por outro lado, havia uma conjuntura política favorável ao movimento sindical, em decorrência da democratização do espaço público. Foram constituídos fóruns como as Câmaras Setoriais, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP); o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI); o Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM); o Programa de Educação para a Competitividade da FINEP - Fundação Nacional de Financiamento de Estudos e Projetos e o Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), apenas para citar os mais diretamente relacionados ao tema tratado aqui.

Estes fóruns tiveram a participação das Centrais Sindicais. No caso, mais específico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), desde 1993, o movimento sindical brasileiro,

por meio do DIEESE, coordenava a Comissão de Valorização do Trabalho e do Emprego – CVTE. Neste seminário, a comissão avaliou todas reuniões e todos encontros ocorridos em 1991 e 1992.

Os intelectuais que participavam do Seminário averiguaram a denominada mutação no mundo do trabalho e forneceram análises com referência à crise da economia e mudanças da técnica, conforme pode-se verificar a seguir.

Difusão da Terceira Revolução Industrial, a partir do final dos anos 70, que se intensifica em decorrência da crise estrutural vivida pelo capitalismo nesse período. Essa crise, relacionada com o esgotamento do padrão de regulação fordista, teve três características principais: 1. o fim do padrão monetário internacional, construído após a 2ª Guerra, na esteira da estabilidade do dólar; 2. o esgotamento do padrão de industrialização norte-americano, que era, basicamente, um modelo de difusão dos setores da chamada Segunda revolução Industrial e 3. o colapso do Estado de Bem-Estar social (...) (DIEESE, 1994, p.36).

A grande problemática atribuída à inserção do Brasil na nova revolução industrial refere-se a alteração da relação capital-trabalho, como pode ser observada no parágrafo a seguir:

Assim, ao final dos anos 70, havia no país um parque industrial complexo, com elevado grau de competitividade. Esse crescimento industrial não resultou, porém, num processo de homogeneização social, semelhante ao dos países centrais. O Brasil permaneceu com baixos salários e políticas sociais e fiscais de pequena eficácia. A legislação do trabalho, por sua vez, não incorporou o contrato coletivo, nem a atuação do sindicalismo no local de trabalho. Em suma, o país não se tornou uma democracia industrial, nos moldes dos países centrais (ibid., p. 37).

Realiza-se a leitura da nova revolução a partir do modelo italiano, sueco e japonês, sendo, porém, reconhecido que:

[...] não existem modelos universais e nessa medida, transponíveis a outro país. É possível sim criar formas de resolução dos problemas de competitividade industrial e de desenvolvimento econômico próprias ao país, levando em conta as experiências internacionais. (Ibid, p.37).

A partir desta perspectiva, os participantes deste seminário apresentam o modelo japonês de organização do trabalho, da produção e da empresa. Reconhecem que a organização do trabalho e da empresa constitui a parte do modelo japonês mais facilmente transferível, enquanto conjunto de métodos e técnicas: just-in-time/kaban, círculos de controle de qualidade (CQ), controle estatístico de processo (CEP), controle de qualidade total (CQT). O uso de tais métodos "faz-se no interior de uma organização de trabalho em grupos e se funda na polivalência que consiste na multifuncionalidade entre fabricação/manutenção/controle de qualidade/gestão da produção" (Idem, p. 40). Esta multifuncionalidade é maior ou menor segundo o sexo, a qualificação, a situação de emprego e o ramo industrial, como, por exemplo: "(...) no Japão encontramos esse tipo de multifuncionalidade mais desenvolvida na indústria metalúrgica que na indústria de vidro ôco" (Ibid, p.41).

Os autores do documento acreditam que a organização em grupos de trabalho e a polivalência são menos facilmente transferíveis, pois são práticas culturais tornadas possíveis no interior do sistema de emprego japonês, que permitem tanto o trabalho em grupo e a polivalência quanto formas de envolvimento e mobilização dos trabalhadores em torno dos objetivos propostos pela empresa.

Além disso, argumentam que essa participação é possível devido a três tipos de fatores: (1) o envolvimento dos trabalhadores - a hierarquia gerência-chefias-trabalhadores é menos acentuada, em comparação com os países ocidentais, porque a colaboração entre diferentes categorias de trabalhadores é facilitada pela relação de confiança e de cooperação técnica; (2) pontuam que há fatores extra-empresa que explicam a hierarquia menos acentuada de funções: o Japão, que conheceu desde os anos 60 períodos longos de progresso técnico e de crescimento econômico sustentado, com aumento dos salários reais, é um dos países de menor concentração de renda do mundo (o oposto do Brasil); (3) o terceiro fator é constituído pelo estímulo ao envolvimento dos trabalhadores *no funcionamento da empresa japonesa, fato obrigatório. Por estarem sempre sujeitos a perderem compensações salariais e os benefícios, os trabalhadores submetem-se ao modelo de relações inte-*

industriais, em vigor no Japão, estando, por isso, permanentemente sob o risco de ser deslocado para empresas fornecedoras terceirizadas, onde os salários são baixos e benefícios sociais e prestígios são reduzidos. Esta ameaça constituiria característica essencial do modelo japonês; garantindo a continuidade do envolvimento do trabalhador nos programas de qualidade e produtividade e, de maneira mais ampla, nos sistemas participativos da empresa, inclusive através do sindicato, onde todos os assalariados participam, com exceção da chefia.

Quanto às críticas feitas ao Brasil, os autores do documento afirmam que os programas de governo relativos à qualidade e à produtividade, orientam-se por nesse modelo japonês. No entanto, diferentemente da experiência japonesa, que valoriza o papel do trabalhador no processo de produção, as propostas do governo brasileiro teriam como preocupação exclusiva, a qualidade do produto e dos processos industriais.

Pode ser observada, portanto a adesão dos representantes dos trabalhadores à difusão do modelo japonês no Brasil, sendo salientado o fato de que os consultores de empresas que apregoam a adoção do programa de controle de qualidade total o fazem porque crêem que, apenas com a adoção de certos métodos e técnicas utilizados nas empresas japonesas, obtém-se qualidade do produto final. Em contraste, os participantes deste seminário acreditavam que a qualidade depende, fundamentalmente, do envolvimento do trabalhador no processo de trabalho e na produção. Quanto ao processo de adaptação e da difusão de novos métodos, que visam a qualidade na indústria brasileira, observam que estes métodos dependem em larga medida, do desempenho dos operários envolvidos diretamente na produção. Por isso, um certo número de empresas analisadas no seminário teria realizado tentativas de envolvimento de trabalhadores nas novas práticas, através de uma série de modificações nas relações de emprego no trabalho (DIEESE, 1994, p.46).

Por outro lado, segundo os registros deste seminário, pesquisas acadêmicas e análises realizadas pelo DIEESE têm apontado para a contradição entre qualidade e quantidade. A exigência por parte das grandes empresas é pela produção de mercadorias, seguindo o padrão internacional de qualidade, mas está presente também nos ideais dos empresários a exigência por um perfil de trabalhador que garanta lucratividade através da quantidade, isto é, produtividade.

Quanto à produtividade, a ANACT - Agência Nacional pela Melhoria das Condições de Trabalho² distinguiria a produtividade clássica - baseada no posto de trabalho e na operação - da nova produtividade fundada, na comunicação e na relação intersubjetiva (...) não há na realidade uma substituição pura e simples dos critérios de quantidade pelos de qualidade, mas ambos passam a coexistir, trazendo conseqüências que devem ser administradas pelos produtores diretos (Ibid., p. 47).

Quanto à questão da qualidade, o último item apontado, nos Anais do seminário, apresenta as conseqüências dos novos modelos de qualidade para o trabalhador, considerando-se a organização do trabalho na empresa e a formação profissional.

Segundo os registros do seminário, a preocupação com a qualidade na linha da produção significa claramente maior responsabilidade, que requer maior experiência e formação profissional. A circulação de informações no interior da empresa, entre as diferentes áreas da hierarquia é apontada como um dos facilitadores das políticas de qualidade e produtividade na empresa japonesa.

(...) evidentemente, tais processos - maior formação e comunicação no interior da empresa - são inegavelmente fatores positivos. Entretanto, sem um controle real do processo, podem ocorrer conseqüências negativas dessa maior responsabilidade sobre a saúde mental e física do trabalhador. O trabalhador com qualidade no Japão coexiste, por exemplo, com um padrão de um número de horas trabalhadas e com a prática de círculos de controle de quantidade muitas vezes em horas extras não remuneradas (Ibid., p.47).

Embora haja reconhecimento dos problemas no modelo adotado no Japão, os autores brasileiros não abrem mão das táticas e dos conteúdos que permitem alcançar produtividade e qualidade. Na verdade, apesar de todo o esforço para valorizar o trabalhador, o centro da ação e do sentido do seminário não é o trabalhador e, sim, o empresário e a empresa, o que nos permite ver que

há a sacralização da empresa, constituindo-se num processo que orienta tanto instituições que representam os interesses dos assalariados como o Estado, de forma abrangente, que as práticas do setor público devem ter eficácia, qualidade total e produtividade, tal como ocorre nas ações estritamente econômicas. Aliás, Weber (1999^a) já indicava a tendência à racionalização exarcebada da ação no mundo: prática racional dirigida a fins imediatos.

Em busca de entendimento mais profundo da qualificação profissional como projeto moderno

A década de 90 foi, de fato, um período conjuntural fértil para a formulação e a experimentação de novos projetos de construção do Brasil moderno. Sem dúvida, a qualificação dos trabalhadores teve (e tem) centralidade nestes projetos. A qualificação profissional parece constituir-se numa arena temática que tem elos muito fortes com a economia (competitividade e produtividade), com a tecnologia, com a inserção do Brasil na globalização, com o desemprego, com a criação de oportunidades em contexto de crise e com a menor responsabilidade do Estado e das empresas na garantia do emprego.

Esta visão da qualificação profissional indica a configuração de um novo sistema técnico e sistema de ações, no qual o saber do trabalhador é um elo forte entre os objetos técnico e tecnológico e as ações, tornando-se forma social programada para gerar novas formas de agir.

As câmaras setoriais e o Seminário configuram-se como sistemas de ações, criando contextos de debates, com objetivos imanentes e transcendentais, sobre a formação educacional dos trabalhadores baseada nos sistemas técnicos criados em outros patamares de modernização.

Importantes atores das centrais sindicais e da academia científica, no tratamento da qualificação e da construção do Brasil moderno, demonstram desencantamento com relação ao presente e apresentam questionamentos relativos à falta de escolaridade da população trabalhadora brasileira, ao mesmo tempo, que apontam para o desiderato por uma sociedade totalmente escolarizada e para o encantamento com o futuro, apoiando-se em modelos europeus, americanos e, mais recentemente, o japonês. Acreditam que estes modelos de modernização são a solução para implementar a modernidade no país.

Podemos identificar o limite das análises sobre a relação entre a qualificação profissional e a modernização do Brasil urbano que decorre do enfoque e do sentido atribuído ao trabalho, à economia e à técnica, que são vistas como inquestionáveis na reflexão sobre a profissionalização (SILVA, 2002). O problema estaria, assim, na desqualificação do trabalhador e não no modelo de desenvolvimento e no modelo de economia e de técnica empregada na organização do trabalho. Até que ponto porém esse paradigma radicalizado da racionalidade ocidental será o melhor na construção social e espacial do Brasil moderno, dentre outras formas possíveis de racionalização técnica e cultural?

A análise de mudanças precisa ser realizada com cautela e com apoio em referências filosóficas (MARCUSE, 1998) e teórico-empíricas, visto que os riscos de investigar o trabalho como um mero fator ou como custo, tornando o trabalhador uma categoria na análise da Ciência Economia. É necessário aproximarmos da compreensão do sentido dessas mudanças para a vida dos homens comuns, o que impediria a compreensão superficial do conteúdo propositivo da atual modernização brasileira. A modernização atual altera a relação ensino-trabalho. O entendimento dessa alteração requer um estudo mais sistemático do papel do espaço e da cultura, como orientações conceituais que indicam adesão, tensão e conflito entre inovações tecnológicas e exclusão social, entre novas profissões, desemprego e empregabilidade, e entre valores éticos e valores imediatistas ou economicistas presentes na leitura sobre o trabalho, a produção e transmissão do saber.

Marcuse (1998) nos chama a atenção para o tema do trabalho, demonstrando a tendência à redução dos seus sentidos quando tratado, restritamente, no campo da administração econômica. Esta tendência deve-se, segundo ele, ao contexto atual da cultura moderna em que, o trabalho perde a sua referência original do fazer-humano, fazer emancipatório do homem. Perde-se, assim, o "conceito geral de trabalho". Conforme analisa o autor:

Quando o eu começa pelo fazer acontecer de sua existência (Dasein), encontra um

mundo que é o mundo de outra existência: com plenitude e conformação de uma vivacidade que não é sua, que sempre é do passado e simultaneamente, ainda, efetivamente presente – um mundo de dispositivos, instituições, empreendimentos, todos públicos, de natureza política social e econômica, meios de produção e objetos de consumo, utilidades, obras de arte etc., de divisões e formações espaciais e temporais gerais, que permanece como um todo, a obra de uma existência, inclusive em todas as novas criações. (loc. cit., p.27).

Esta vivacidade exterior, no contexto atual, inscreve-se no ritmo da inovação no espaço, orientado pela cultura do consumo, que impõe pragmatismo ao trabalho, impedindo a reflexão do sentido e do significado do fazer (trabalho) humano. Assim, o acontecimento da existência humana – do fazer e do saber – subordinado, cada vez mais, às relações econômicas de dominação, isto nos ensina Ribeiro (1998), apresenta a força hegemônica do paradigma administrativo no controle das relações sociais (sociedade e Estado).

Da mesma maneira, Max Weber (1987) identifica o sentido das ações no contexto da ética capitalista, demonstrando a vocação profissional como valor positivado de sustentação das condições materiais (a imanência) e das condições do estar no mundo e colonizar o futuro (transcendência). A participação ativa dos trabalhadores na construção da Política Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR) é feita a partir desses seminários, onde expressam claramente o desencantamento em relação ao presente (primeira metade da década de 1990) e a crença na positividade da profissionalização. Os sentidos de suas ações e reflexões apontam forte semelhança aos outros projetos apresentados pelo Estado e por representantes de empresários (SILVA, 2002).

Conclusão

Há limites no projeto hegemônico de qualificação dos trabalhadores no Brasil, cuja gênese é a valorização da vocação profissional. Este projeto tem, como base, o outro (países centrais). Trata-se de um espelho e de encantamento pelo novo (futuro). A racionalização do ensino tem sido proposta como ação calcada no outro como espelho. Esta ação, pouco humilde, desconhece possibilidades da nossa realidade, dos nossos homens e mulheres comuns, como afirma Milton Santos: “os homens lentos, sujeitos de outra temporalidade e de outra espacialidade” (1996). É importante identificar caminhos possíveis na existência do Brasil urbano e investir em processos embrionários emergentes na sociedade.

Para isto, torna-se indispensável reconhecerem que, na construção do Brasil moderno, existem riscos de ruptura social em relação aos excluídos dos processos da modernização mas são também amantes da modernidade. As rupturas sociais ocorrem porque estas possibilidades não são reconhecidas pelos setores hegemônicos.

As rupturas e cisões, no tecido social, poderão ocorrer (e já estão ocorrendo) diante da aguda superficialidade que acompanha a imposição de modelos externos pelos gestores do paradigma administrativo (RIBEIRO, 1998), cujo sentido se orienta por impulsos globais, que dependem da articulação estratégica entre interesses locais aos dos agentes internacionais (RIBEIRO E SILVA, 1997). Desse modo, a qualificação profissional tem sido uma ação com o compromisso de estimular o consumo de técnicas, sem compromissos com os sentidos mais amplos do trabalho. Trata-se de agir efêmero, o ter de fazer algo por fazer em meio à globalização e à crise brasileira. É necessário criar novo projeto do moderno para o país, projeto que reconheça a totalidade das possibilidades dos homens comuns e que esteja comprometido com a construção de um outro sentido de secularização (colonização do futuro) e de modernização, o que significa romper com a força da hegemonia dominante, compromissada com a globalização e os ideais neoliberais.

Notas

Este texto é fruto de reflexões da Tese de Doutorado: SILVA, Catia Antonia da - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO MODERNO: Secularização e sociedade, Modernização e espaço. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, julho de 2002.

****Dra em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2002. Docente Adjunto do Departamento de Geografia da FFP (UERJ).**

1. Max Weber (1987) analisa a ética protestante, elemento central do espírito do capitalismo. Sua análise aponta para o entendimento da imanência e da transcendência do agir social, orientado pela ação racional e pela necessidade de colonização do mundo.

2. A sigla da instituição é traduzida pelos autores e consta desta maneira nos Anais do seminário.

Referências Bibliográficas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos. Seminários e eventos: os trabalhadores e o programa brasileiro de qualidade e produtividade. Anais. São Paulo: DIEESE, n1, setembro de 1994, 79 p.

MARCUSE, Herbert. Cultura e sociedade. vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARRAMAO, Giacomo. Céu e terra: genealogia da secularização. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. In Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ ano XII, N.2 ago-dez, 1998. p. 107-125.

RIBEIRO, Ana Clara T. , SILVA, Catia Antonia da. Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista . In Territórios em Redefinição: lugar y mundo en América latina, CICCOLELLA, P. et al. (orgs.) - 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Anais. Buenos Aires, marzo, 1997.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Catia Antonia da. Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço. Tese (Doutorado).Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1987. 12ª edição.

_____. Economia e sociedade. Tradução Regis Barbosa e Karen E. Barbosa, volume 1, Brasília: Ed.UNB, 1999a.

_____. Economia e sociedade. Tradução Regis Barbosa e Karen E. Barbosa, volume 2, Brasília: E. UNB, 1999b.

Abstract

The theoretical subject presenting questions relating to economic and social processes in modern Brazil during 90's, which search models from others countries in the direction of the formulation of the "Brazil of the future". It is a question of, yet, of an assembly of modernization actions, which recognize the professional qualification as the distinguished way for the insert of Brazil in a globalization economy and in the actual modernization (environment of technological cultural and social innovations). One of this field (Theory and practices) presented from laboured representative share, among lines, with the hegemonic project relating to the professional qualification as the fundamental element in the elevation of the concrete conditions in real world, relation ethics and aesthetics and give meaning in be in a world, in the context of globalization, with create deep limits, when its search for an other modernization model.

Key words: Modern Brazil; professional qualification; modernization actions; project hegemonic.